

SUJEITOS OU OBJETOS? Como a política educacional interfere na constituição humana

SUBJECTS OR OBJECTS? How education policy interferes with human constitution

Terciane Angela Luchese¹ - UCS
Graziela Rossetto Giron² - UCS

RESUMO

Propomos uma reflexão teórica sobre a formação do Estado liberal e suas transformações, Estado capitalista e neoliberal, sendo este último, o modelo de Estado vigente em grande parte do mundo desde o final dos anos 80 do século XX. Em decorrência dessa organização social, política e econômica, estruturou-se um modelo de educação excludente, fragmentada e competitiva, que tem como finalidade básica preparar as pessoas para se adequarem ao mercado de trabalho. Numa tentativa de superar as contradições inerentes à política educacional neoliberal apresentamos outra proposta de educação, alicerçada no pensamento complexo, que pressupõe educar objetivando contribuir com a emergência de cidadãos comprometidos com a construção de uma civilização humanizada.

Palavra-chave: Estado neoliberal; Política educacional; Educação planetária; Pensamento complexo

ABSTRACT

We propose a theoretical reflection on the formation of the liberal state and its transformations, the capitalist and neoliberal state, the latter being the model of the state in force in most of the world since the late 1980s. As a result of this social, political and economical organization, a model of exclusionary, fragmented and competitive education was structured, whose basic purpose is to prepare people to adapt to the labor market. In an attempt to overcome the contradictions inherent in neoliberal educational policy, we present another proposal of education, based on complex thinking, which presupposes educating in order to contribute to the emergence of citizens committed to the construction of a humanized civilization.

Keywords: Neoliberal state; Educational politics; Planetary education; Complex thinking

DOI: 10.21920/recei72019513103117
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72019513103117>

¹Doutora em Educação (UNISINOS). E-mail: tercianeluchese@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6608-9728>

²Doutoranda em Educação no PPGEdU/UCS. Mestre em Educação (UNISINOS). E-mail: ggrosseto@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0002-2622-4569>

INTRODUÇÃO

Com o presente artigo, propomos uma reflexão teórica sobre o Estado liberal e suas transformações para o atual Estado neoliberal, e o modo como este se relaciona com o modelo de educação vigente marcado pela exclusão, competição e busca por uma adequação ao mercado de trabalho. Ao final, referimos, baseadas no pensamento complexo, como a educação pode ser o caminho para a constituição de seres humanos que exerçam a cidadania e contribuam para a construção de um mundo comprometido com a diversidade e a justiça social.

REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A FORMAÇÃO DO ESTADO LIBERAL

Em acepção clássica, o conceito de política deriva de um adjetivo denominado politikós, que diz respeito a tudo que se relaciona com cidade, urbano, civil, público, social. Logo, a política nasce quando os homens começam a se organizar em sociedade, fazendo escolhas para viabilizar a convivência em grupo. É nesse momento que aparecem as diversas posições políticas, ou seja, diferentes concepções que refletem uma ideia de homem e sociedade que nunca é neutra, mas reveladora de como as pessoas estão sendo, pensando ou entendendo o mundo.

O filósofo e historiador Michel Foucault (1979) declara que qualquer ser humano faz política cotidianamente, até consigo mesmo; isso é possível na medida em que, diante dos conflitos (sejam eles de caráter social ou pessoal) é preciso discernir, a todo o momento, que atitude tomar, sendo que essas decisões acabam influenciando, direta ou indiretamente, na vida dos outros. Corroborando, Maturana (2002, p. 36) anuncia: “Não sou mais político que qualquer outro cidadão; tampouco sou menos, pois vivo como todos nas ações, perguntas e problemas que têm a ver com a convivência numa comunidade humana.”

A política, habitualmente, tem sido empregada para designar “atividade ou o conjunto de atividades que têm de algum modo, como termo de referência, a pólis, isto é, o Estado”, afirma Bobbio (2000, p. 160). Portanto, é no agrupamento social que emerge a entidade jurídica e estável denominada Estado, com a incumbência de controlar as relações entre os diferentes grupos de interesses vigentes na sociedade, assim como definir regras de convivência entre os indivíduos. Segundo Dallari (1984, p. 13), “refere-se a uma unidade jurídica, a um conjunto de elementos, como o povo, o território, o governo e uma finalidade, ligados por um conjunto de regras.” Cabe ressaltar, que diferentes governos, atuando de acordo com distintos regimes e sistemas, periodicamente se revezam na direção administrativa do Estado, a fim de criar as condições adequadas para manter a governabilidade.

No percurso histórico da humanidade existiram diferentes modelos de Estado que seguiram o sistema de produção da sociedade civil. Segundo Giron (2000), destacam-se os seguintes: escravista (corresponde ao sistema de produção escravista que existiu na antiguidade oriental e clássica); feudal (consistiu num Estado descentralizado e governado de forma absoluta pelos senhores de terras); absoluto (surgiu da associação da burguesia com os soberanos feudais, tendo início no séc. XIV); liberal/capitalista (baseia-se nos princípios do liberalismo, onde existe liberdade de comércio e de produção. É o sistema predominante na atualidade); e o socialista (propôs uma modificação drástica no mundo capitalista e no Estado liberal quanto à organização sociopolítica e econômica sendo que, atualmente, está presente em alguns poucos países do mundo).

O Estado liberal, proposto por Adam Smith, baseou-se na livre iniciativa e na isenção, ou não intervenção, do Estado nos processos sociais; pretendia a neutralidade do mesmo frente aos

interesses particulares, considerando o indivíduo como força motriz da sociedade. A ideia de que o ser humano, buscando seus próprios interesses econômicos favorece o bem-estar coletivo, institui a base de discussão para a doutrina liberal. Dessa forma, o papel do Estado se torna periférico em relação à dinâmica social, pois a “mão invisível” do mercado é quem equilibra os desejos individuais e, conseqüentemente, os coletivos.

O liberalismo político constituiu-se numa ideologia predominante da sociedade ocidental no século XIX, que preconizava a libertação do homem de todas as formas de coerção e opressão consideradas injustas; valorizava a elevação do valor da pessoa humana para os benefícios próprios e da sociedade. Já, o liberalismo econômico apregoava que o Estado não deveria intervir nas relações econômicas existentes entre os indivíduos, classes ou nações; a função deste seria fornecer as bases legais que propiciasse ao mercado potencializar os benefícios individuais das pessoas. Possui uma estreita relação com o capitalismo e foi a base do desenvolvimento econômico industrial do século XIX, especialmente da expansão econômica da Inglaterra em todo o mundo.

Porém, no final do século XIX e início do século XX, como crítica à visão liberal, surge o marxismo, um sistema ideológico que discorda, radicalmente, do capitalismo (parceiro do liberalismo econômico); defende que a emancipação do ser humano só pode acontecer numa sociedade sem classes e, por conseguinte, igualitária, reforçando a cooperação entre grupos economicamente distintos, frente a um Estado poderoso, independente e legítimo. Essa ideologia política e econômica faz uma crítica ao Estado liberal/capitalista, pois entende que o mesmo estimula interesses opostos entre as classes, gerando conflitos e reforçando a desigualdade social. Para Marx (2008), a sociedade moderna está marcada por interesses antagônicos entre as classes que possuem os meios de produção (proprietários) e as que não os possuem (operários); os trabalhadores/operários, por não terem outra forma de subsistência, vendem a sua própria força de trabalho aos “donos do capital”, o que os torna dependentes, e muitas vezes, explorados por aqueles que detêm os meios de produção.

Os pressupostos marxistas colocam igualdade e liberdade no mesmo patamar, negando a veracidade dos resultados que apregoa o mercado; acreditam que não há como legitimar a lógica do mercado, porque a sociedade capitalista está dividida em classes, agrupando, de um lado os proprietários do capital, e de outro, aqueles que são, quase sempre, obrigados a ganhar a vida vendendo sua força de trabalho. Em vista disso, os “donos do capital” entram no mercado com vantagens diferenciadas em relação aos trabalhadores e, portanto, “perdedores e ganhadores” já estão pré-determinados; se nada for feito para atenuar as diferenças entre eles, essas tendem a se aprofundar. (SINGER, 1996).

De acordo com Draibe e Wilnês (1988), numa perspectiva política liberal, a expansão dos gastos sociais do Estado é o que tem provocado déficits públicos recorrentes, prejudicando a atividade produtiva e ocasionando inflação e desemprego. Melhor dizendo, esses autores acreditam que a expansão excessiva com gastos sociais é a responsável pela situação econômica atual vivenciada nos países capitalistas, revelando uma intervenção intolerável, ineficiente e corrompedora do Estado sobre os mecanismos saneadores do mercado. No campo político, chegam a afirmar que os problemas enfrentados, atualmente, pelo capitalismo, giram em torno de uma cidadania dependente do Estado. O alargamento dos programas sociais governamentais (seguro-desemprego, pensões, aposentadorias, programas de manutenção de rendimento, entre outros), tem gerado uma situação de excessiva proteção e segurança econômica na qual as políticas atuam negativamente, ampliando os problemas ao invés de solucioná-los.

No entanto, na perspectiva democrática (pautada nos pressupostos teóricos do marxismo), a conjugação de programas econômicos antirrecessivos (com a revisão das

prioridades e a realocação de recursos estatais), parece ser a única alternativa viável para a superação do estrangulamento financeiro, no sentido de evitar que a sociedade se defronte com níveis cada vez maiores de miséria, carência e desigualdade social. Os defensores dessa ideia acreditam que as raízes estruturais da atual crise vivenciada pelo Estado, possui uma relação intrínseca com a dinâmica contraditória do Estado capitalista. Em outras palavras, a própria expansão do capital monopolista tende a gerar desequilíbrios econômicos e sociais (desemprego, pobreza, etc.), situação que demanda a efetivação de maiores gastos sociais do Estado, a fim de que se instaure a harmonia social.

CONSTITUIÇÃO E PRESSUPOSTOS DO ESTADO NEOLIBERAL

No final do século XX, o liberalismo político e o liberalismo econômico aparecem juntos em outro projeto hegemônico denominado neoliberalismo, em que o Estado mínimo e a ampliação das relações mercantis são a tônica do processo. Seus principais mentores foram os governos de Ronald Reagan (1980/1988) seguido por George Bush (1988/1992) nos EUA, e de Margareth Thatcher (1979/1990) seguido de John Major (1990/1997) na Inglaterra.

A chegada ao poder dos governos de Thatcher e Reagan ocorreu sob a égide da supremacia do mercado. Deu-se início a uma ofensiva política e social, cujo principal objetivo era destruir o conjunto das instituições e das relações sociais que, pretensamente, teriam engessado o capital no primeiro mandato de Roosevelt (EUA). Houve uma liberalização e desregulamentação financeira que conduziram a um crescimento muito rápido dos ativos financeiros. Essas reformas estruturais de liberalização, desregulamentação e privatização se realizaram no sentido de restaurar o poder de dominação capitalista, objetivando fundar uma economia de mercado globalmente integrada. (GIRON, 2007).

Conforme McLaren (1998), o neoliberalismo expressou uma saída política, econômica, jurídica e cultural específica para a solução dos problemas cíclicos da economia do mundo capitalista. Provocou uma modificação na estrutura organizacional, estrutural e funcional do Estado, minimizando seu papel (no que diz respeito à garantia dos direitos sociais da população), tendo como principal preocupação limitar a esfera do público em detrimento do privado. Dito de outra forma, “a globalização do capitalismo e de seu comparsa político, o neoliberalismo, funciona, de forma conjunta, para naturalizar o sofrimento, para destruir a esperança e para aniquilar a justiça.” (McLAREN, 1998, p. 88).

De acordo com a visão neoliberal, a redução do Estado revela o fortalecimento da concepção de Estado mínimo, segundo a qual ele deixa de “promover políticas sociais básicas, transferindo a responsabilidade para a própria sociedade, dada a suposta incapacidade desse Estado de responder a todas as demandas sociais.” (CRUZ, 2003, p. 12). Com a restrição e/ou diminuição das funções do Estado, busca-se o repasse de demandas para a iniciativa privada, isto é, para a esfera do mercado, o que reforça a segmentação social da população, uma vez que terá maior possibilidade de acesso ao serviço privado, somente aqueles que possuem condições financeiras para pagar por esses serviços.

Concomitante a isso, é pertinente considerar que quando o capitalismo inaugura sua “terceira fase” (simbolizada pela revolução industrial proveniente dos avanços tecnológicos), criam-se circunstâncias e necessidades diferentes daquelas que inspiraram o surgimento dos serviços sociais públicos, projetados e instalados no período dos anos dourados do capitalismo. Além da forte desaceleração do crescimento e do ressurgimento brutal do desemprego, o modelo econômico neoliberal, conjugado ao fenômeno da globalização, trouxe novas formas de exclusão social. Cabe ressaltar, que as ressonâncias das transformações decorrentes desse processo

atingem os países de modo distinto. No caso da América Latina, como analisou Fernandes (2009, p. 106),

[...] o padrão de hegemonia burguesa é um produto do caráter dependente e subdesenvolvido da economia capitalista. A importância que nela adquirem os agentes econômicos estrangeiros e os polos econômicos externos reflete o padrão dependente de desenvolvimento capitalista.

A aplicação da tecnologia, decorrente da microeletrônica, suscitou a criação de novos ramos de produção, principalmente na área de informática e telemática, com significativa expansão de postos de trabalho, dos quais muitos exigem várias habilidades especiais, e cuja obtenção só se dá em graus elevados de escolaridade. Ao mesmo tempo, a utilização dos computadores na produção de mercadorias, eliminou grande quantidade de empregos que, anteriormente, eram ocupados por operários semiqualiificados. Assim sendo, não é somente o número de postos de trabalho que começa a diminuir; o que, também, desaparece é o emprego padrão (com carteira assinada, seguro saúde e perspectiva de carreira), em decorrência da mudança nas relações de produção.

Nas grandes empresas, o emprego se contrai em termos absolutos e se diferencia entre um núcleo vital de empregados (altamente qualificados, estáveis, bem remunerados e com perspectiva de carreira), e uma grande periferia de empregados (pouco qualificados, facilmente substituíveis, ocupado, na maioria das vezes, por mulheres e estagiários em tempo parcial e sem registro, ou por pessoal subcontratado de empresas fornecedoras de mão-de-obra). Nas pequenas empresas, que se multiplicam inclusive pela difusão das franquias, o núcleo é formado pelo dono ou pelos sócios e a periferia por trabalhadores terceirizados, com status de prestadores de serviços ou de empregados sem registro. (SINGER, 1996).

De forma geral, uma massa crescente de empregos está submerso na informalidade, escapando, assim, dos efeitos da legislação do trabalho; o resultado dessa modificação nas relações de produção é um crescimento exorbitante da exclusão social. Além disso, com a globalização, criaram-se mercados verdadeiramente integrados, tanto de produtos como de transações financeiras. É possível afirmar, então, que se o capital e seus produtos dispõem de mercados globais, nada pode impedir que se estabeleça, também, um mercado de trabalho virtual.

É a crise e esgotamento de um modo de regulação social que está em jogo, sendo parcialmente substituído por uma forma pulverizada de regulação de tipo intra-social (fundada nas relações indivíduo/sociedade, cujos agentes principais de regulação são os indivíduos, as famílias, os grupos de vizinhança, atuando num espaço múltiplo e não territorializado) ou pela forma autogestionária (fundada nas relações Estado/sociedade civil, cujos agentes sociais ou os grupos de base, atuam num espaço descentralizado na sociedade civil e centralizada na sociedade política). Que estes modos de regulação emergentes possam conduzir a novas perspectivas sociais ou políticas ou que levem ao individualismo e ao liberalismo, não está determinado nem social nem politicamente. [...] está na dependência de as formas e organizações sociais-democratas e socialistas se repensarem e se posicionarem na crise (DRAIBE; WILNÊS, 1988, p. 14).

Em vista disso, o capital abandona os países e as regiões em que os trabalhadores estão fortemente organizados (com direitos trabalhistas reconhecidos em lei e recursos para fazê-los serem respeitados pelos empregadores), e penetra nos países e regiões em que o desemprego estrutural é grande, a organização sindical é fraca e a legislação do trabalho pode ser ignorada. Como resultado, surge uma tendência à homogeneização das condições de compra e venda da força de trabalho em âmbito mundial, e uma sensível perda de empregos industriais no Primeiro Mundo, onde a massa salarial se polariza entre uma minoria “bem paga” e uma maioria de “novos pobres”. Conforme Singer (1996), a projeção dessas tendências para o futuro, de certa forma, minimiza as perspectivas de progresso social e de aprofundamento da democracia nessas nações.

O Estado Neoliberal e as políticas educacionais

É no contexto dessas mudanças que se insere a atual crise do sistema educacional mundial. No campo do ensino, como resultado da reforma neoliberal, passou-se a sustentar uma nova alternativa à escola (pública), gratuita e obrigatória, com a finalidade de preparar terreno para a ascensão do próprio neoliberalismo. Segundo Marrach (1996), a retórica neoliberal atribui um papel estratégico à educação ao: a) preparar o indivíduo para adaptar-se ao mercado de trabalho, justificando que o mundo empresarial necessita de uma força de trabalho qualificada para competir no mercado nacional e internacional; b) fazer da escola um meio de transmissão da ideologia dominante e dos princípios doutrinários do neoliberalismo, a fim de garantir a reprodução desses valores; c) incentivar que a escola funcione de forma semelhante ao mercado, adotando técnicas de gerenciamento empresarial, pois essas são mais eficientes para garantir a consolidação da ideologia neoliberal na sociedade.

Os neoliberais acreditam que o poder público pode e deve dividir ou transferir para o setor privado suas responsabilidades na área da educação, favorecendo, com isso, o aquecimento do mercado e a melhoria na qualidade dos serviços educacionais; é o que se conhece como “privatização do ensino”. Os pais, enquanto consumidores, têm direito de matricular seus filhos numa escola que melhor contemple seus interesses; este movimento gera uma disputa entre as escolas (competição), no sentido de oferecer um melhor “produto” (educação) aos seus “consumidores” (pais e alunos), o que acaba qualificando o processo educativo. Trata-se da crescente subordinação ao econômico e da transformação da própria educação em mercadoria, quando pais e alunos passam a ser vistos como consumidores, e o conteúdo político da educação é substituído pelos direitos do consumidor. (GIRON, 2007). Como avalia Ball (2014), o neoliberalismo ganha amplitude e se faz sentir em diferentes dimensões:

O neoliberalismo é econômico (um rearranjo das relações entre o capital e o Estado), cultural (novos valores, sensibilidades e relacionamentos) e político (uma forma de governar, novas subjetividades). [...] em um sentido paradoxal, o neoliberalismo trabalha a favor e contra o Estado de maneiras mutuamente constitutivas. Ele destrói algumas possibilidades para formas mais antigas de governar e cria novas possibilidades para novas formas de governar (BALL, 2014, p. 229).

Para os diretamente envolvidos no processo educativo, a crise na educação parece ser causada pelo corte de verbas, baixa dos salários, perda de pessoal capacitado e declínio da qualidade do ensino. Porém, segundo Singer (1996), essa não é a questão central da crise; o cerne do problema consiste na alienação do ensino escolar quanto às novas características, tanto do

mercado de trabalho quanto do panorama político e social. O tópico que merece reflexão, portanto, é que tipo de indivíduo as escolas estão ajudando a formar e para que tipo de sociedade, uma vez que, no modelo neoliberal, a educação passa a ser vista como uma mercadoria, um bem de consumo, e não mais como direito social, em que palavras como igualdade e justiça social são substituídas por noções de eficiência e produtividade. O maior problema desse discurso é que ele desmonta toda e qualquer possibilidade de construção de um espírito solidário e cooperativo entre as pessoas, acirrando, cada vez mais, a disputa e a competição, o que contribui para o reforço da ideologia excludente apregoada pelo modelo econômico neoliberal. (GIRON, 2007).

Consoante Singer (1996), educadores, educandos, administradores das instituições educacionais, políticos e gestores públicos, estão divididos e polarizados em duas visões antagônicas quanto às finalidades da educação e de como atingi-las (visão democrática e produtivista), e isso tem gerado impasses na organização e proposição de políticas educacionais. Resumidamente, esse autor explicita que a visão democrática, propõe reformas que são condizentes com a ideologia democrática de sociedade. Decorre do grande movimento pela igualdade dos dois últimos séculos, que culminou na luta pelo sufrágio universal e da qual resultou a democracia moderna; encara a educação como um processo de formação de sujeitos cidadãos, tendo em vista o exercício de direitos e obrigações típicos da democracia.

Essa visão de educação centra-se no educando (em particular no aluno das classes desprivilegiadas), cujo propósito maior é desenvolver a consciência social, visando à construção de uma sociedade livre, justa e igualitária; não vê contradição entre a formação do sujeito e do profissional, entendendo que o espírito norteador das práticas pedagógicas deve ser o respeito e a preocupação pela autonomia humana; considera que a educação deve primar pela ampliação da consciência crítica do indivíduo e pela sua gradativa capacitação pessoal e profissional, a fim de que possa ter autonomia suficiente para prosseguir em sua emancipação; acredita na preservação da escola pública em nome do direito universal à educação, e enfatiza a necessidade de viabilizar as condições materiais necessárias para que a instituição escolar possa cumprir sua missão.

Entretanto, ainda de acordo com Singer (1996), a visão produtivista propõe uma organização ao ensino pertinente à concepção liberal da sociedade. Concebe a educação, sobretudo, a escolar, como um meio de preparação dos indivíduos para o ingresso no mercado de trabalho - não despreza outros propósitos do processo educacional, mas enfatiza o que é chamado pelos economistas, de acumulação de capital humano. Educar, nessa perspectiva, seria, primordialmente, instruir e desenvolver competências que habilitem o educando a integrar-se ao mercado de trabalho de forma satisfatória. Acredita que a vantagem que se traduz em ganhos materiais elevados, é, ao mesmo tempo, individual e social, pois o bem-estar de todos é o resultado da soma dos ganhos pessoais que, num mercado de trabalho livre e competitivo, são proporcionais ao capital humano acumulado em cada um dos indivíduos. Em outras palavras, essa proposta política entende que a educação promove o aumento da produtividade individual, que é considerado o fator mais importante para elevar o produto social e, dessa maneira, ajuda a eliminar a pobreza.

A visão produtivista não defende a ampla oferta de vagas gratuitas no ensino público; não é que seja contrária à universalização da educação, apenas prefere que ela resulte da livre escolha dos indivíduos em vez da coerção legal. Logo, o que fundamenta essa proposta educacional são os pressupostos da política neoliberal, em que a competição de mercado é a melhor forma para promover a eficiência do ensino (combinação de qualidade com baixo custo), respeitando, assim, a liberdade de preferência de cada indivíduo (estímulo à privatização da educação). A influência dessa proposta política no espaço educativo será melhor explicitada no tópico a seguir.

Algumas implicações da política neoliberal nos processos de ensino e aprendizagem

O momento atual se confunde com uma nova era, “a do conhecimento”, quando a educação é tida como o maior recurso que se dispõe para enfrentar essa nova estruturação de mundo. Em outras palavras, as mudanças econômicas e tecnológicas que tem acontecido no planeta, geraram um modelo de sociedade em que a formação educacional é tida como elemento estratégico para garantir o desenvolvimento. Vivemos uma verdadeira revolução paradigmática: as descobertas científicas estão modificando as relações do homem com o mundo, suas percepções da realidade e sua própria forma de pensar, sentir e interagir com os outros. O advento da globalização tem introduzido significativos desafios para o sistema educacional, em função das possibilidades de articulação que são oferecidas pelos meios tecnológicos de informação e comunicação.

Mesmo com a universalização da educação básica, ousamos dizer que não houve uma melhoria nas oportunidades de inserção econômica, política e social da população em geral, principalmente das classes excluídas. Conforme Singer (1996), a demanda de acesso universal à educação escolar tinha como principal propósito capacitar as crianças, sobretudo das camadas mais desprivilegiadas, a exercer plenamente os direitos políticos que a conquista do sufrágio universal lhes proporcionava, bem como dar a essas camadas sociais acesso a oportunidades culturais e profissionais que exigem escolarização. No entanto, o que percebemos é que, ao invés da escola elevar o nível de aprendizagem das crianças historicamente marginalizadas, favorecendo, assim, sua inclusão social, às vezes, tem optado em acusá-las de degradar o ensino, por serem responsáveis pela elevação das taxas de repetência e evasão, além de introduzir, na sala de aula, um cotidiano de violência e alienação.

De alguma forma, a escola, mesmo antes da atual situação, já não correspondia às necessidades ou expectativas dos educandos; essa inadequação, provavelmente, se tornou muito maior com a massificação do ensino, que ocorreu quando o espaço escolar passou a atender uma nova clientela: aqueles que pertenciam a uma classe social menos privilegiada. Na análise de Libâneo (2016), a educação básica, na contemporaneidade, ocupa espaço relevante, já que a aprendizagem fica subordinada às necessidades do mercado. Ao propugnar que todos devem aprender, cria os insumos necessários para que o aluno alcance a aprendizagem como produto; melhor dizendo, “escola se reduz a atender conteúdos “mínimos” de aprendizagem numa escola simplificada, aligeirada, atrelada a demandas imediatas de preparação da força de trabalho” (LIBÂNEO, 2016, p. 47).

A hipótese levantada por Singer (1996), é que o ensino jamais foi adaptado à sua universalização; ao se abrir o espaço educativo formal, também, para alunos menos favorecidos economicamente, não se repensou as propostas educativas da escola pública, que continuou a competir com a privada no que diz respeito à formação de uma elite educada. Sendo assim, não seria surpresa que estudantes, pertencentes às classes economicamente excluídas, questionassem a escola, o currículo e os processos de ensino e aprendizagem, já que ela não se reformulou para acolhê-los. A escola não se adequou, e talvez nunca se amolde à realidade de um serviço universal com qualidade. Isso significa repensar-se por inteira, reorganizando o currículo, os planos de estudo e de trabalho dos professores, a metodologia, assim como a forma de gestão e as regras de convivência entre escola-família-alunos que reconheça e valorize os reais interesses as necessidades dos alunos.

Para que essa reforma aconteça de fato, é imprescindível vontade e empenho político para implementar propostas educacionais comprometidas com toda população, e não apenas

visando a atender as necessidades do mercado. Sem dúvida é um grande desafio pensar a escola como um espaço que pode contribuir para a formação de cidadãos capazes de enfrentar a ameaça da exclusão e da injustiça social, quando submetida a um modelo econômico e político que se alicerça em relações competitivas e desiguais; que entende a educação como “mola propulsora” do desenvolvimento econômico, relegando a um segundo plano as questões humanas e sociais.

Convém destacar, que nesse novo ciclo de acumulação do capitalismo, em que as demandas do processo de trabalho acompanham os pressupostos da microeletrônica, robótica e informática, a qualificação de mão-de-obra torna-se um ponto central no movimento de produção do capital, fazendo com que a educação básica assuma posição de destaque nas reformas educacionais de um país. No entanto, a natureza desse desenvolvimento tecnológico é extremamente excludente, na medida em que ela é poupadora de mão-de-obra, pondo em risco a estabilidade econômica e social de grande parte da população (GIRON, 2007).

Parafraseando Singer (1996, p. 14), “melhor que uma reforma produtivista, que mercantilizasse o sistema educativo, seria uma reforma civil democrática que o politizasse.” Um ensino público, gratuito, de qualidade e com acesso universal, tem possibilidade de ser “salvo” da crise em que se encontra, se seus defensores o submeterem a uma autocrítica radical, a partir da qual uma transformação possa ser proposta. É preciso superar o que Nóvoa (2009) identificou como tendência na escolarização da contemporaneidade, com duas velocidades distintas: uma escola como espaço de acolhimento social para os “pobres”, com a retórica da cidadania, e outra voltada para a aprendizagem e o conhecimento, organizada para os “ricos”.

Para que esse dualismo, tão marcante no Brasil, possa ser superado, sugerimos que uma parte desta mudança possa se efetivar mediante a reformulação do sistema educacional e o reconhecimento de outras formas de compreender os processos de ensino e aprendizagem, a fim de que experimentos educativos diferenciados possam surgir. Entre elas, destacamos a “educação planetária”, defendida por Morin, Ciurana e Motta (2003), uma proposta educativa que visa a fortalecer as condições de emergência de uma sociedade formada por cidadãos protagonistas, conscientes e criticamente comprometidos com a construção de um mundo solidário, cooperativo e acolhedor.

DESAFIOS DE EDUCAR NA ERA PLANETÁRIA

A era planetária tem início entre o final do século XV e o início do XVI, com a descoberta das Américas, a circunavegação ao redor do globo, a descoberta copernicana de que a Terra é um planeta que gira ao redor do sol, entre outras revelações inusitadas que ocorreram nesta época, decorrentes do pensamento científico. Essa visão de mundo propalou a Revolução Científica (movimento que marca o começo da modernidade, caracterizando-se pelo interesse humano voltado para a técnica e a ciência experimental como forma de se constatar os fatos); o Iluminismo (movimento global que defendeu o uso da razão como o melhor caminho para se alcançar a liberdade e a autonomia de pensamento); e a Revolução Industrial (fenômeno de grandes transformações tecnológicas que propiciou o surgimento da indústria e da produção mecanizada, redimensionando, significativamente, as relações econômicas, sociais e políticas vigentes), acontecimentos que possibilitaram grandes avanços tecnológicos à humanidade.

Contudo, o notável progresso da ciência e da tecnologia não foi e nem está sendo seguido de avanços no plano existencial e ético. Assistimos, hoje, um culto ao mercado, em que a capacidade de competir se sobressai como virtude, encobrendo e deixando à margem necessidades humanas básicas, universais e essenciais à construção da dignidade e da humanização. É nesse quadro de perplexidades que o pensamento complexo adquire forças e se

insere com perspicácia lançando, por uma nova ótica, caminhos alternativos e restauradores do sentido de viver.

As políticas educacionais defendidas pelo Estado neoliberal são reducionistas, fruto de um racionalismo científico que desconsidera a subjetividade dos indivíduos. Ademais, é importante considerar os fluxos transnacionais e suas consequências para a deliberação de reformas educacionais descoladas dos contextos socio-político-culturais específicos, afirmando currículos, por exemplo, prescritivo-normativos distantes das necessidades e interesses da sociedade, mas intrinsecamente vinculado ao mercado. Isso tem provocado uma fragmentação do pensamento humano, legitimando que a sociedade deve viver uma luta competitiva pela existência; além disso, propicia o desenvolvimento de crenças que defendem que o progresso material é ilimitado, sendo alcançado somente através da exploração econômica e tecnológica.

Com relação ao currículo escolar, percebe-se na política educacional neoliberal uma supervalorização de algumas áreas do conhecimento em detrimento de outras, uma superespecialização e uma fragmentação dos conteúdos com base num sistema de referência que ensina a não questionar, a não refletir e/ou expressar pensamentos divergentes, aceitando, passivamente, aquilo que é imposto. Detidas em sua liberdade e silenciadas, as crianças e adolescentes tem sua criatividade e autonomia reduzidas, limitando, assim, a oportunidade de conquistarem novos espaços.

A presença de uma política educacional mercantilizada, disciplinar e compartimentada como aquela defendida pelo Estado neoliberal, colabora para o aumento das atuais taxas de analfabetismo, evasão, baixa qualidade de ensino e outras tantas mazelas que se observam na educação de vários países do mundo, principalmente, aqueles em desenvolvimento e que sofrem inferência dos organismos internacionais. No âmbito escolar, novos programas e projetos foram implementados, mas soluções fragmentadas e dissociadas da realidade mudaram apenas detalhes externos da escola, sem provocar alterações significativas nas condições de aprendizagem dos alunos, no sentido de gerar uma força renovadora que coloque em prática novas ideias e alternativas de ensino.

Neste momento em que, no Planeta, tem-se cada vez mais a necessidade de indivíduos capazes de resolver problemas globais, percebe-se que os sistemas de ensino continuam a dividir e fragmentar o conhecimento, a contribuir com a formação de mentes unidimensionais e redutoras, que privilegiam apenas uma dimensão do ser humano (racional) e ocultam as outras (emocional, cultural, relacional, espiritual). Como as adversidades que afligem a humanidade estão intimamente ligadas e interdependentes, consideramos interessante pensar em propostas educativas abrangentes, sistêmicas e multidimensionais, capazes de compreender, explicar e lidar com a complexidade do real que por ora se expõe.

Pressupostos de uma educação planetária

A educação planetária está pautada no pensamento complexo e almeja o conhecimento multidimensional; também, entende que o saber completo é inatingível e, por isso, comporta o reconhecimento do princípio da incerteza. A ideia de complexidade que ancora essa proposta educativa se posiciona contra a clarificação, a simplificação e o reducionismo excessivo, aspectos preponderantes no pensamento cartesiano; entende que as diferentes dimensões da realidade se constituem em forma de “rede”, considerando, prioritariamente, os processos ao invés dos resultados.

Segundo Moraes (1997), o mundo está se transformando de forma bastante acelerada e, deste modo, faz-se necessário pensar num modelo educacional apto a manifestar novos

ambientes de aprendizagem; espaços onde o ser humano seja capaz de ser compreendido em sua multidimensionalidade (com seus diferentes estilos de aprendizagem e suas distintas formas de resolver problemas); que leve em conta as várias dimensões do fenômeno educativo (aspectos físico, biológico, mental, psicológico, cultural e social); que reconheça a interdependência existente entre os processos de pensamento e de construção de conhecimento; que não separe o indivíduo do contexto em que vive e de seus relacionamentos; que traga uma percepção de mundo holística, global e sistêmica; que possa gerar um novo sistema ético, respaldado por valores cooperativos e solidários; que reconheça a importância de novas parcerias entre a educação e os avanços científicos e tecnológicos presentes no mundo atual; e que defenda uma proposta educacional voltada para a humanização e a transcendência.

Em outras palavras, é importante que a educação deixe de ser apenas uma função, uma especialização, e volte a se tornar uma tarefa política por excelência, uma tarefa de propagação de estratégias para a vida, uma vez que educar “supõe fé na cultura e fé nas possibilidades do espírito humano. A missão é, portanto, elevada e difícil, porque supõe, simultaneamente, arte, fé e amor.” (MORIN, et al., 2003, p. 99). Uma educação planetária entende o ser humano como um ser integrado em relação aos demais organismos vivos; colabora para que não se sinta, e nem tão pouco se veja, como um ser controlador da natureza e/ou superior às demais distintas formas de vida, pois não é “apartado” do mundo. Parafraseando Capra (2006), não há partes isoladas que funcionam independentemente nesse complexo sistema que é a vida, vista aqui, não apenas em sua forma biológica, mas, também, social, política, cultural e científica; a vida é uma teia, da qual o ser humano é apenas um dos fios que a compõe.

De acordo com Morin, Ciurana e Motta (2003), para trilharmos esse caminho não há um programa que se possa preestabelecer, uma vez que a aventura humana, tampouco, tem uma rota marcada ou se encontra sob a orientação de uma lei universal do progresso. Sugere que essa “missão” deve começar realizando uma ação institucional que permita incorporar, nos diferentes espaços educativos e de acordo com os diferentes níveis de aprendizagem, seis eixos estratégicos-diretrizes para uma ação cidadã, articuladora de suas experiências e conhecimentos, e para uma contextualização permanente de seus problemas fundamentais no prosseguimento da “hominização”. São eles:

1) Conservador/revolucionante: esse eixo consiste em aprender a perceber e gerar dois esforços, duas ações geralmente vistas como antagônicas e excludentes; trata-se de promover ações conservadoras para fortalecer a capacidade de sobrevivência da humanidade e, ao mesmo tempo, ações revolucionantes inscritas na continuação e no progresso da hominização.

2) Progredir resistindo: consiste em orientar as atitudes de resistência da cidadania contra o retorno persistente e os desdobramentos da barbárie.

3) Problematizar e repensar o desenvolvimento e criticar a ideia subdesenvolvida de subdesenvolvimento: trata-se de conceber o desenvolvimento de forma antropológica, porque o verdadeiro aperfeiçoamento é o humano. Em consequência disso, é interessante que a educação colabore para superar a ideia da simplificação gerada pelo reducionismo economicista; fomente o abandono da concepção do progresso como certeza histórica, para fazer dela uma possibilidade incerta; compreenda que nenhum avanço persiste para sempre, porque, como todas as coisas vivas e humanas, o aperfeiçoamento encontra-se submetido ao princípio de degradação e regenera-se incessantemente. Nesse sentido, o desenvolvimento supõe a ampliação da autonomia individual, ao mesmo tempo, em que favorece a participação comunitária, desde as locais até as “planetárias”. Pressupõe a busca da plenitude e da completude do indivíduo que se efetiva através da música, da poesia, da mística e das artes em geral.

4) Regresso (reinvenção) do futuro e a reinvenção (regresso) do passado: a renovação e o aumento da complexidade da relação passado/presente/futuro devem se inscrever como uma das finalidades da educação. A relação com o presente, com a vida e a felicidade não deveria ser sacrificada em nome de um passado magistral ou de um futuro incerto.

5) Complexificação da política para uma política da complexidade do devir planetário da humanidade: cabe à educação facilitar a percepção e a crítica da falsa racionalidade da política, uma vez que esta tem contribuído para gerar a multiplicação da pobreza nos subúrbios, a construção de novas cidades sem a menor infraestrutura, a degradação humana, a despersonalização e a delinquência. A inteligência compartimentada, mecanicista, desunida e reducionista da gestão política, pautada no pensamento racionalista, tem contribuído para o fracionamento da percepção de mundo, separando razão e emoção, e simplificando o multidimensional. Acreditamos que a incorporação do pensamento complexo na educação poderá facilitar o nascimento de uma “política da complexidade”, que não pensa nos problemas mundiais de forma isolada, mas visa a perceber e descobrir as relações de inseparabilidade e interretroação entre os fenômenos mundiais e seu contexto.

6) Civilizar a civilização: qualquer decisão que intencione suprimir conflitos e desordens, estabelecer harmonia e transparência, conduz a seu contrário; querer um mundo melhor, não é querer o “melhor dos mundos”. Para que a humanidade se torne “civilizada”, faz-se necessário a associação e a cooperação, através de redes associativas que criem e alimentem uma consciência cívica e que, por sua vez, alimentem a interrelação e a recursividade entre o contexto local, o indivíduo e o contexto planetário. A participação e a construção das redes associativas precisam ultrapassar o modelo hegemônico técnico e ocidental, com a finalidade de revelar e despertar a energia feminina, amorosa, cuidadora, inclusiva e multicultural do patrimônio humano.

Ainda segundo Morin, Ciurana e Motta (2003), a implementação desses seis eixos estratégicos-diretrizes nas práticas educativas não garante que o Planeta se modifique; contudo, colabora para que o ser humano repense sua postura de controle/domínio sobre a natureza, podendo, assim, transformar-se num “novo homem” e configurando a sociedade atual. A interdependência e a interatividade existente entre os fenômenos naturais e sociais têm implicações importantes para a educação, pois integra noções de inter e transdisciplinaridade presentes no conhecimento humano, contribuindo para minimizar a visão do saber disciplinar, hierárquico e fragmentado, fruto de um pensamento racionalista que “mecanizou” a sociedade durante séculos.

A noção de interconectividade entre os fenômenos da natureza, reforçada pelos estudos da física quântica e biologia, tem favorecido o entendimento de que o indivíduo não aprende usando apenas a razão/intelecto, mas, também, a intuição, sensações, emoções e sentimentos. Por isso, é importante que a educação se reorganize visando a contribuir para a constituição de um indivíduo que compreenda o universo em contínua transformação e conexão, que desenvolva ações pautadas na ética, solidariedade e cooperação, pois não há partes isoladas que funcionam independentemente nesse complexo sistema que denominamos “vida”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção de que o universo é um todo unificado e inseparável, uma complexa teia de relações, dá outro significado à existência humana. No conhecimento em “rede”, defendido pelo pensamento complexo, todos os conceitos e teorias estão interconectados, sem hierarquia, num fluxo total e constante, sem verdades únicas e fixas. O conceito de aprendizagem compreendida

como um processo de desenvolvimento integral do ser humano, traz no seu bojo implicações importantes para a educação, em especial para as questões curriculares e metodológicas. Nessa perspectiva, é importante considerar que o currículo está sempre em processo de negociação e construção; é flexível, aberto, inesperado, instável e criativo, que emerge da ação e da interação entre os membros da comunidade escolar e, por isso, precisa acolher e incluir em seu programa as diferenças sociais, culturais, religiosas, étnicas e intelectuais.

Contudo, para que a educação esteja em consonância com essa nova visão de mundo, sugerimos a implementação de políticas educacionais que possibilitem o desenvolvimento de novas propostas de ensino, currículos, valores e práticas educativas; que despertem novos sentidos para o fazer no campo educativo. Como também, que favoreçam a efetivação de ambientes educacionais que extrapolem as questões pedagógicas, buscando o entendimento “da condição humana, a preparação do cidadão para exercer sua cidadania, para uma participação mais responsável na comunidade local e planetária, tendo como prioridade o cultivo de valores humanitários, ecológicos e espirituais” (MORAES, 1997, p. 112).

A superação de políticas educacionais pautadas nos interesses do mercado, do consumo, da degradação do meio ambiente e da mercantilização educacional podem representar, para alguns, utopia. Para outros, o horizonte que faz seguir em busca de respostas diferentes para os dinâmicos cenários da contemporaneidade; que possibilita abrir os sistemas de ensino a novas ideias. “Em vez da homogeneidade e da rigidez, a diferença e a mudança. Em vez do transbordamento, uma nova concepção de aprendizagem. Em vez do alheamento da sociedade, o reforço do espaço público da educação.” (NÓVOA, 2009, p. 39).

Dito de outra forma, se quisermos contribuir com a construção de um mundo com dignidade e justiça para todos, será necessário repensarmos e “refundarmos” a instituição escolar, a fim de que ela ocupe o espaço que lhe é devido e necessário; ou seja, trabalhar a favor da inclusão social e do respeito às diferenças. Parafraseando Morin, Ciurana e Motta (2003, p. 111), o futuro da humanidade permanece desconhecida, mas a “missão da educação planetária não é parte da luta final, e sim da luta inicial pela defesa e pelo devir de nossas finalidades terrestres: a salvaguarda da humanidade e o prosseguimento da hominização”.

REFERÊNCIAS

BALL, S. Cidadania global, consumo e política educacional. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BOBBIO, N. **Teoria Geral da Política**. A filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

CAPRA, F. **A Teia da Vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CRUZ, R. E. **Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão do capital internacional?** Curitiba: UFPR, 2003.

DALLARI, D. de A. **O que são direitos da pessoa**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1984.

DRAIBE, S., WILNÊS, H. “Welfare State”, crise e gestão da crise: um balço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Vértice, V. 3, n° 6, fev.1988.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 2009.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GENTILI, P. O que há de novo nas novas formas de exclusão educativa? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Revista Educação & Realidade**, v. 20, n.1, jan./jun. 1995.

GIRON, G. R. **A política educacional em Caxias do Sul no governo da Administração Popular e a formação continuada de professores (1997-2004)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

GIRON, L. S. **Refletindo a Cidadania - Estado e Sociedade no Brasil**. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2000.

LIBÂNIO, J. C. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. In: **Cadernos de Pesquisa**. V. 46, n° 159, p. 38 – 62, jan. – mar. 2016.

McLAREN, P. Traumas do capital: pedagogia, política e práxis no mercado global. In: SILVA, Luiz Heron (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

MARRACH, S. A. Neoliberalismo e educação. In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (Org.). **Infância, educação e neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

MARX, K. **O capital**: o processo de produção do capital. Tradução: Reginaldo Sant'anna. Ed. Civilização Brasileira. Coleção: Crítica da economia política. Rio de Janeiro, RJ: 2008.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas, SP. Papiros, 1997.

MORIN, E; CIURANA E.; MOTTA, R. D. **Educar na era planetária**: o pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e na incerteza humana. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

NÓVOA, A. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

SANTOS, B. de S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SINGER, P. Poder, política e educação. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo. ANPED, nº1, 1996.

Submetido em: novembro de 2018

Aprovado em: janeiro de 2019